

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

ALBERTO MELO

O QUE É “O RURAL”? O QUE SÃO ZONAS RURAIS?

Uma tarefa preliminar será a de clarificar o termo “rural” no contexto do presente artigo. Poder-se-á apelar de “rural” a totalidade do espaço “não urbano” que cobre o nosso planeta? Poderão definir-se como “rurais” as montanhas Himalaias, as florestas tropicais da Amazónia ou o deserto do Sara?

É evidente que o “campo” é uma componente essencial em qualquer área rural. Mas as pessoas também! Uma população residente e, ainda – certamente a característica mais fundamental – o relacionamento específico que se foi estabelecendo, ao longo de séculos, entre as populações locais e a terra, entre a cultura e a natureza, em suma, a paisagem humanizada.

Este conceito de “paisagem humanizada” permite, então, excluir da gama das “áreas rurais” extensos territórios onde não exista uma presença humana permanente ou não se tenha operado uma “aculturação” da natureza local. Contudo, a meu ver, devemos ir mais além na busca de uma definição precisa das fronteiras destas zonas que se revelam, hoje ainda, especificamente rurais. É um facto que, devido ao processo de acelerada concentração à escala

mundial, do capital e do trabalho, o modelo urbano-industrial de organização social se torna dominante. Em compensação, vastas porções de terra arável foram industrializadas ou urbanizadas, e em alguns casos sem terem sequer abandonado a agricultura como principal actividade económica local.

Nos países industrializados, a maior parte do solo agrícola foi, efectivamente, ocupado pelo modelo dominante de produção e de organização social, dando lugar a “fábricas enormes, a céu aberto”, dedicadas à produção agrícola intensiva, e especializadas normalmente em mono-culturas de capital intensivo e de elevados consumos energéticos.

Estas “fábricas agrícolas” ocupam, via de regra, um pequeno número de trabalhadores qualificados (assalariados ou proprietários) que residem em vilas vizinhas e daí se deslocam até ao local de trabalho.

Esta situação apresenta algum contraste com aquela a que eu chamaria uma “zona rural específica”. Aqui, a terra não é apenas um “chão de fábrica” e o solo é muito mais do que simples “matéria prima” para o processo produtivo. Nas zonas rurais tradicionais, a terra foi ocupada, arada, moldada, distribuída, etc., a fim de poder dar resposta adequada a uma vasta gama de necessidades humanas, o que ultrapassa em muito o simples domínio económico. A terra, com as suas características especificamente multi-culturais, com os seus edifícios e a sua fauna funcionais, existe aqui para fornecer a base existencial da família que nela reside: é parte integrante da imagem que a família tem de si própria, da sua identidade histórica e social, e é também uma fonte de bem-estar material (ou até de empobrecimento, como é o caso frequentemente) e uma “apólice de seguro” contra a fome e a miséria. Neste contexto, a lógica por detrás das decisões do dia-a-dia sobre a utilização da terra nem sempre será a mais racional, em termos económicos, nem exclusivamente traduzível em termos monetários.

Naturalmente, à medida que o modelo dominante de acumulação de capital e de concentração de recursos crescia e acelerava o seu ritmo nos decénios mais recentes, muitas destas zonas rurais e sociedades rurais iam sendo engolidas pelo processo. O impacto daí resultante foi sentido em duas direcções opostas, consoante as distâncias relativas da zona rural em questão aos principais pólos e eixos do crescimento económico. Ou foram “reajustadas” e integradas no sistema dominante, ou deixadas à margem e gradualmente esvaziadas dos seus principais recursos e capacidades humanas. Numa palavra: assimilação ou extinção.

A existência e o futuro de zonas rurais genuínas (precisamente aquelas que foram negligenciadas e deixadas de lado, “nas bermas” dos circuitos de crescimento) representam hoje uma questão crucial para as nossas sociedades e para a Comunidade Europeia. Estas “ilhas de irracionalidade” que conseguiram sobreviver ao holocausto rural provocado pela agricultura industrial de alta produtividade (e altos custos), enfrenta hoje o risco de extinção - com todos os graves efeitos de natureza pessoal, social, económica, cultural e ecológica que daí resultariam. Ao mesmo tempo, porém, encontram-se numa posição de desafio

(e até de promessa), como bastiões de resistência contra a tendência corrente de massificação, de normalização e de uni-dimensionalidade; e também como laboratórios virtuais de experiências alternativas, de natureza social e económica, capazes de associar todas as dimensões humanas e sociais do desenvolvimento.

Contudo, as zonas rurais de hoje não revelam, via de regra, as necessárias capacidades para a sobrevivência, e ainda menos para o desenvolvimento: são remotas, periféricas; têm populações em geral muito dispersas; estão enfraquecidas por perdas demográficas agudas e a agricultura tradicional que persiste já há muito que deixou de ser a principal base de subsistência das populações locais. Baixos investimentos de capital, métodos de produção de trabalho intensivo, divisão de trabalho incipiente, falta de especialização, pressões sociais fortemente niveladoras, ausência de espírito empresarial, relativo auto-isolamento, etc: todos estes factores convergem para uma situação de colapso económico e social no mundo de hoje.

Perante a sobre-produção agrícola endémica nos países industrializados, que razão haveria para apoiar uma agricultura não-rendável tal como aquela que ainda persiste nas zonas rurais? E, no entanto, a agricultura tradicional, embora não suficiente, é ainda absolutamente necessária para a preservação do tecido social, da identidade cultural, do equilíbrio ecológico e da beleza natural das zonas rurais baseadas na pequena exploração familiar residente. Será que existe um "cenário" exclusivo para o nosso futuro, o de uma produção em crescimento contínuo nas zonas integradas no modelo urbano-industrial, enquanto se desertificam vastos territórios remanescentes?

A economia contemporânea deve, pois, enfrentar e resolver o seguinte problema: como se pode comparar a riqueza crescente que é produzida pelos complexos urbano-industriais (que vem acumular-se aos "stocks" existentes) com a riqueza que se perde com populações que emigram e campos que se abandonam.

Recorde-se ainda que as áreas rurais desempenham, pelo menos, duas grandes tarefas para benefício da sociedade em geral: produção de alimentos e criação e manutenção de paisagens. Face à actual procura de um ambiente mais saudável (e mais estético) e de uma paisagem de elevada qualidade, deveria ser possível internalizar os custos sociais e ecológicos nos preços dos produtos agrícolas de massa, a fim de apoiar o futuro das zonas rurais da Europa.

Qualquer que seja a política global adoptada, as áreas rurais terão sempre de saber criar projectos de desenvolvimento auto-centrado, que fundamentem comunidades criativas, diversificadas, equilibradas e viáveis, capazes de conquistar o direito de serem apoiadas pela sociedade em geral e garantindo assim que o binómio negativo paternalismo-assistencialismo se não torne dominante. O futuro do mundo rural depende pois, por um lado, de um compromisso geral por parte da sociedade global para preservar o que dele resta hoje em dia, dando o real valor à qualidade do seu ambiente e dos seus produtos e discriminando positivamente a seu favor, por outro lado, contudo, depende da

sua própria capacidade para se afirmar, para se organizar e para lutar pela sobrevivência e pela melhoria das condições, com base nos seus próprios recursos humanos e naturais. Este requisito, especialmente em comunidades locais onde os fortes fluxos migratórios as “sangraram” dos seus elementos mais activos e empreendedores, implica em geral uma intervenção de apoio vinda do exterior.

CONDIÇÕES DE TIPO “SOFTWARE” PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Para se assegurar o desenvolvimento de zonas rurais em estagnação, é necessário criar no seu seio uma forte dinâmica, capaz de fomentar uma atitude colectiva e individual de empreendimento e, ao mesmo tempo, de provocar, gerar e disseminar a inovação nas atitudes, nas organizações e nas tecnologias.

Este movimento de dinamização exige, por certo, uma forte participação local, e também uma mudança radical nas mentalidades. Exige também a emergência de um processo, localmente apoiado, capaz de mobilizar as populações rurais para projectos de natureza social, cultural e económica. E será a natureza específica destes projectos que, por sua vez, determinará a estrutura, conteúdos e métodos dos programas educativos e de formação a implementar.

Com efeito, só será possível falar de um processo de desenvolvimento se a dinâmica assim gerada tiver criado, ou reforçado, vários projectos locais, relativamente independentes uns dos outros, mas todos eles associados ao mesmo processo de animação social e cultural. Só este tipo de movimento – ao multiplicar contactos criativos, ao fazer circular a informação mais rapidamente, ao organizar debates e aprofundar conhecimentos, ao encorajar iniciativas e revelar a necessidade de se criarem estruturas e de se adquirirem novos saberes – pode transformar gradualmente um processo de desenvolvimento local num projecto colectivamente assumido e auto-sustentado.

Animação – Projectos localizados e de pequena escala (empresários e empreendedores individuais e em grupo) – Programas e estruturas de educação e de formação – Investigação aplicada e participada – Organização e mobilização locais, capazes de levarem à emergência de um Projecto de Desenvolvimento Local largamente apoiado (empreendimento colectivo): eis um itinerário (em que as várias fases se processam paralelamente e não em progressão linear) que, quando adequadamente apoiado com recursos humanos e materiais externos, pode levar zonas rurais hoje em declínio para o caminho do desenvolvimento positivo, genuíno e auto-sustentado.

O PAPEL EDUCATIVO DAS AGÊNCIAS INTERMÉDIAS

Como criar uma “cultura de desenvolvimento” em zonas tão profundamente afectadas pelo isolamento, a dependência, a emigração, o envelhecimento, o conservantismo, a descrença? Na grande maioria destas áreas, qualquer movimento social para a mudança terá de ser introduzido por forças externas. Existe, em geral, um potencial local – tanto humano como natural – para o desenvolvimento. Todavia, dada a ruptura do tecido rural que se verificou em decénios recentes, o desenvolvimento endógeno (perdõe-se o paradoxo) exige um “empurrão” decisivo vindo do exterior.

É de facto essencial a participação de todos os envolvidos no processo de desenvolvimento. Mas tal participação terá de ser induzida através de um processo educativo, lento mas intenso.

Qualquer população rural, hoje em dia, para participar plenamente no processo do seu próprio desenvolvimento, terá de ultrapassar antes de mais os seus sentimentos de desespero e de impotência e, ainda, complexos de inferioridade relativamente à sua cultura tradicional. Por isso, o trabalho de animação cultural e social é tão essencial quando se pretende lançar e apoiar um processo de desenvolvimento rural: elevando a auto-estima colectiva, testando a capacidade local para traduzir ideias em projectos, para trabalhar como uma equipa, para relacionar objectivos com meios, etc.

Por exemplo, uma das conclusões mais importantes de trabalhos de investigação realizados recentemente em zonas rurais da Bélgica e da Irlanda, é a de que as áreas locais que tiram mais proveito de incentivos económicos, tais como o Programa ILE (Iniciativas Locais de Emprego), são precisamente as que têm uma experiência mais longa de animação social e cultural levada a cabo por agentes locais profissionais ou benévolos.

O trabalho cultural (p.ex., a instalação de um Museu Comunitário) e o trabalho social (p.ex., a criação de um Centro de Animação Infantil), realizados numa abordagem participativa, são de facto processos muito válidos relativamente ao desenvolvimento local das zonas rurais em risco de extinção. O valor económico destas actividades de animação deveria, por conseguinte, ser melhor compreendido e, sempre que possível, avaliado, para que possam ser consideradas e integradas nas estratégias de desenvolvimento a elaborar e implementar nas zonas rurais.

O agente (ou agência) catalizador deste processo é normalmente externo à zona. É, pois, tarefa dessa agência intermédia a busca de uma gradual coerência, e coesão, dos diferentes projectos: provocando debates alargados e disseminando informação, concebendo e gerindo programas de educação e de formação para os participantes em todas as iniciativas, promovendo articulações entre as actividades em curso e, quando julgado oportuno, apoiando a criação de estruturas locais participativas capazes de consolidarem o Projecto de Desenvolvimento Local.

Só quando uma parte significativa da população local tiver atingido o limiar da “vontade colectiva de mudança”, é que será possível passar à elaboração e implementação de um Plano de Desenvolvimento Integrado. A dinâmica local para a mudança, como empreendimento colectivo, resultará da capacidade de um grupo local influente para pensar e agir dentro do quadro de um projecto comum: sobreviver e melhorar as condições locais de existência.

A perspectiva a longo prazo de um projecto de desenvolvimento local integrado – uma etapa que se poderá atingir através de um trabalho permanente de animação e de lançamento e apoio de iniciativas concretas de pequena escala – é a base ideal para se alargar e se aprofundar o nível de participação das populações envolvidas: através de debates, de exposições, de reuniões de informação e tomadas de decisão, etc. O processo de interacção deverá, consequentemente, visar uma situação em que o projecto acaba por pertencer à população local, e a equipa externa de intervenção não é mais que um parceiro, embora importante. Deste modo, em vez de a agência iniciar um projecto e procurar mais tarde obter a participação das populações locais, a finalidade da intervenção deverá ser o envolvimento conjunto e desde o início, de agentes externos, técnicos e consultores, e das populações interessadas. A adopção desta metodologia implica automaticamente que os universitários, e outros especialistas envolvidos, terão de desempenhar, durante longos períodos, o mais variado leque de actividades, muitas das quais sem qualquer ligação directa ao ensino ou à investigação. Mas é uma metodologia de intervenção socio-educativa desta natureza que poderá levar as áreas rurais a assumirem activamente um Projecto de Desenvolvimento Local.

Neste contexto, investigação participada significa um processo cultural e social conjunto, capaz de produzir permanentemente questões - derivadas do nível das necessidades locais. Estas questões deverão ser tratadas conjuntamente por participantes locais e por agentes externos de mudança, de tal maneira que “a procura em comum de respostas” determine o conteúdo fundamental dos programas de educação e de formação organizados para a zona - como forma essencial de apoio a cada um dos projectos locais em curso. Em paralelo com algumas sessões formais de aprendizagem, estes projectos conjuntos de investigação aplicada, que transformam formadores e formandos numa “comunidade de investigação para a inovação em meio rural”, são uma dimensão essencial no processo de desenvolvimento. Aliás, a investigação como componente deste tipo de trabalho, torna-se uma actividade permanente, pois o encontrar de uma resposta e o consequente lançamento de uma nova iniciativa (que é a aplicação da resposta encontrada às realidades locais) abrirão imediatamente um novo campo de questionamentos e de buscas.

E aqui uma nota à margem, para sublinhar que a associação de saberes locais e de saberes exteriores, com vista à elaboração de projectos de apoio à revitalização das zonas rurais em declínio, não é de modo algum um processo de diálogo consensual... Acreditamos que o desenvolvimento auto-sustentado das zonas rurais, hoje em risco, deverá ser realizado pelos que nelas vivem

(quer tenham lá nascido, quer tenham decidido um dia instalar-se em meio rural), e portanto as opções de desenvolvimento para estas zonas não deverão nunca pôr em causa a manutenção das populações locais (como é o caso, em geral, de certas florestações, reservas de caça, terrenos de golf, etc.). No entanto, como o equilíbrio ecológico destas zonas é decerto o elemento mais raro a considerar, há que preservá-lo a todo o custo, e nem aos próprios residentes poderá ser permitido o lançamento de projectos que, no longo-prazo, acabem por destruir a especificidade, a raridade e o alto valor do seu próprio meio natural e cultural.

ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO EDUCATIVA EM MEIO RURAL

Qualquer modelo alternativo de desenvolvimento para zonas rurais em declínio deve basear-se nas culturas locais. É um facto que grande número das zonas periféricas possui ainda um alto grau de identidade cultural, ainda não inteiramente descaracterizado pela massificação.

Estudos e monografias – adoptando métodos da Antropologia Cultural – são importantes instrumentos para o trabalho de intervenção social nestas zonas. A educação e a formação, para serem parte integrante do processo de mudança, deverão desenvolver-se segundo métodos que saibam integrar a animação e a investigação participada. Um estudo pormenorizado da cultura local, ou da história local, realizado conjuntamente por residentes e por especialistas – em que se incluam também momentos públicos de apresentação e debate – é efectivamente um instrumento determinante para mobilizar e motivar populações locais. Elevará a auto-estima colectiva relativamente ao território, à história e ao património cultural. Ao mesmo tempo, esta abordagem permitirá às várias expressões da cultura local manifestarem-se de forma mais objectiva, externalizarem-se como um objecto de estudo. Deste modo, a própria cultura local torna-se alvo de análise crítica por parte dos participantes. Ora, uma crítica positiva da cultura local pode abrir as portas à clarificação de um futuro viável, em que se identifiquem e conservem as melhores características da tradição, mas integrando de maneira criativa outros contributos modernos vindos do exterior.

O ponto de partida será sempre diferente de zona para zona, mas o trabalho de animação é sempre insubstituível. Enquanto mantém actividades de animação para a população local no seu conjunto, deve a agência de intervenção identificar os projectos mais viáveis a nível local (em termos do nível de motivação que suscitará nos participantes e de durabilidade provável), para elaborar

de seguida, com todos os envolvidos, o plano adequado de educação e formação.

Como tornar uma boa ideia num projecto viável? Quais os obstáculos, quais os recursos, que contexto global? Como compatibilizar fins e meios? O que se encontra disponível localmente e o que deverá ser trazido de fora? Que níveis relativos de dependência e de autonomia são exigidos para as novas iniciativas? Que capacidade e competências são necessárias?... E existem ainda questões importantes de uma outra natureza: Quem está disposto a assumir riscos? Quais são os riscos prováveis? Como se trabalha em grupo? etc.

À medida que se vão definindo os programas de educação e de formação para cada projecto local seleccionado, serão trazidos à zona vários agentes do exterior (técnicos, especialistas, professores, etc.) na base de "encomendas" de serviços que terão sido previamente especificadas em conjunto pela agência de intervenção e pelos participantes. Esses agentes externos devem ser informados preliminarmente sobre as realidades locais e as necessidades dos projectos e dos respectivos participantes, e sobre o que se espera do seu envolvimento como especialistas ou pessoal qualificado. Este princípio deve prevalecer sempre, quer os formadores/consultores sejam contactados individualmente, quer sejam instituições sob contrato: é necessário que sejam as solicitações locais a conduzir o processo.

O simples facto de se organizarem momentos de confronto positivo entre representantes da comunidade local e elementos da sociedade mais vasta, entre a cultura tradicional e a modernidade, deverá abrir caminho para novas interrogações de nível cada vez mais elevado e abrangente. Estas questões serão outras tantas pistas para a investigação aplicada (p. ex: a inovação que representou a instalação de colectores solares, de fácil montagem e a baixo custo, como resultado de uma solicitação colectiva feita por pequenos agricultores austríacos organizados em associação).

Animação – Investigação – Inovação – Educação/Formação, são pois os componentes de "software" necessários para qualquer estratégia global de desenvolvimento local no meio rural em crise.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PARA O MUNDO RURAL: PROCESSOS, METODOLOGIAS, CONTEÚDOS, INSTITUIÇÕES

Dado que a finalidade última de qualquer intervenção no meio rural em risco deve ser sempre o despoletar de uma dinâmica interna, capaz em determinado momento de se sustentar a si mesma, há que adoptar necessariamente

uma abordagem de natureza socio-educativa. Os contributos de tipo "hardware" são, sem dúvida, essenciais, mas devem ser trazidos para a zona em função dos requisitos específicos de cada etapa do processo, obedecendo ao ritmo imposto pela dinâmica local. Há pois que colocar o ênfase no próprio processo, o que trará automaticamente ao programa de desenvolvimento uma dimensão educativa intrínseca. Um tal processo visa sempre a mobilização das populações locais para a compreensão do seu passado e do seu presente, e para a perspectiva e uma gradual concretização de um futuro viável e desejado. A prova de que se adoptou um processo de intervenção correcto será a eventual emergência de um Projecto de Desenvolvimento Local, como resultado de uma síntese criadora em que se articularam: todos os projectos individuais, o trabalho de animação, os programas de educação e de formação, os esforços de tipo organizativo, as actividades de investigação aplicada, etc. O processo é, desta forma, a organização de todo o trabalho realizado pela população local – com a agência mediadora – a fim de criar e viabilizar iniciativas locais, para em seguida as integrar num conjunto coerente de medidas, actividades e estruturas – o Projecto de Desenvolvimento Local. Idealmente, todos os programas de educação e de formação não serão mais que uma componente, embora essencial, deste Projecto.

Uma dimensão essencial em todo este processo é a capacidade de empreender, quer sob a forma de vontade e capacidade colectivas para pensar e agir em termos de "projecto", quer de competências e atitudes individuais imprescindíveis nos agentes locais de mudança. E é algo que pode ser promovido e reforçado através de actividades de animação e de organização, mas que pode – e deve – ser também objecto de programas específicos de educação e de formação. É o que pode ser feito em sessões informais organizadas para a população local (sobre tomadas de decisão, sobre o planeamento de actividades diárias, sobre a programação de projectos mais complexos, etc.). E pode também promover-se a capacidade de empreender por meio de sessões estruturadas, tendo por destinatários portadores de projectos locais, autarcas, membros de associações, cooperativas, empresas, etc., ou vencedores de concursos de ideias, por exemplo. Os estabelecimentos de ensino na região devem também organizar cursos e actividades que suscitem ou reforcem a capacidade de empreender nas crianças, nos jovens, nos adultos.

A dimensão fundamental que está na base da metodologia adoptada para intervir no meio rural em declínio é a Participação. Então, os principais eixos do processo, acima mencionados (Animação Investigação – Inovação – Educação e Formação) deverão tornar-se Animação participada, Investigação participada, Educação e Formação participadas, etc. Também aqui terá uma importância fundamental o trabalho de Animação, que permite realizar tal salto qualitativo.

O trabalho de Animação, que deve realizar-se antes, durante e depois do de Educação/Formação, está hoje reconhecido de uma maneira geral e foi assumido explicitamente por agências mediadoras que operam no mundo rural. É o que se chama em França o "pilotage pédagogique", expressão lançada pela

ADEFPAT. Reconhecendo-se a Animação como a real força-motriz dentro do processo de desenvolvimento rural, há que considerar a Educação e a Formação – por mais fundamentais que sejam – como “respostas técnicas” que necessitam um ajustamento permanente às solicitações locais, as imediatas como as de longo-prazo. Sendo assim, será sempre necessário um período preliminar de investigação que permita a adequação dos contributos educativos e de formação às realidades específicas e aos projectos em curso ou previstos na zona rural em questão.

Enquanto a Educação pode ser relevante para a finalidade última do processo – a emergência de um Projecto de Desenvolvimento Local – a Formação deverá ser estruturada consoante as necessidades de cada projecto particular. O ritmo de vida de cada um dos projectos (quer sejam de natureza cultural, social ou económica), as necessidades expressas pelos participantes, as sugestões feitas pela equipa de intervenção-animação, tudo isto são factores que devem desempenhar um papel determinante quando se elaboram calendarizações e conteúdos de sessões de formação ou perfis ideais de formadores. Os projectos concretos – que servirão de base aos programas de formação não devem ser simulados, mas sim iniciativas reais concebidas para dar resposta a necessidades pessoais e sociais da zona rural. No caso de projectos que geram rendimentos ou que criam empregos, deve prever-se um período de formação-produção, em simultâneo, com uma duração suficiente para ajudar os participantes a constituir uma empresa viável. Também se deve aqui adoptar uma pedagogia activa (aprender, fazendo): os participantes, ou formandos, ao aprender a criar uma nova empresa devem assumir um forte compromisso comum desde o início: através da gestão de um fundo financeiro comum, tomando decisões sobre “stocks”, produtos, vendas, etc.

Para as zonas rurais com uma necessidade vital de Inovação, a Educação e a Formação devem associar-se à Investigação. E, no que diz respeito à Investigação, podem encontrar-se duas facetas paralelas no processo de desenvolvimento. A primeira é resultado imediato das iniciativas em curso: investigação aplicada, que procura as respostas científicas e técnicas mais adequadas às questões permanentemente levantadas como efeito directo do trabalho de Animação. A segunda é também de grande importância: pretende tornar a agência intermédia cada vez mais conhecedora da zona rural, das populações, etc., e conseqüentemente, melhor equipada para apoiar a emergência do Projecto de Desenvolvimento Local.

A metodologia aqui esboçada opõe-se claramente a uma definição de conteúdos de educação ou de formação antes do lançamento de projectos locais concretos e também contesta intervenções por parte de pessoas e instituições inteiramente alheias ao processo de desenvolvimento.

A definição de conteúdos e o planeamento de programas de educação e de formação são actividades que devem tornar-se parte integrante do processo global, tendo pois que ser consideradas como o objecto de um projecto específico de investigação-acção a realizar pela agência mediadora, de forma par-

ticipada, durante as fases iniciais do processo de intervenção.

Embora o problema de fundo das zonas rurais em declínio seja o mesmo por toda a parte (como sobreviver e desenvolverem-se, integrando mercados mais vastos e conservando/valorizando os recursos endógenos), as possíveis opções locais são tão variadas que todos os domínios do conhecimento e dos saberes científicos e tecnológicos poderão vir a ser mobilizados. Por conseguinte, uma estratégia de educação/formação em duas vias será a mais adequada para estas zonas: um tronco comum de temas metodológicos básicos, tais como, estudos locais, levantamento de recursos, trabalho de animação, empreendimentos colectivos, metodologia de projecto, etc; e também contributos especializados, muito diversificados por parte de especialistas e instituições seleccionadas, que deverão fornecê-los "à la carte" consoante as opções feitas no local por indivíduos ou grupos (Turismo e Hotelaria, Agricultura e Silvicultura, Artes e Ofícios, Telecomunicações e outras Novas Tecnologias, Tecnologia Apropriada, Bio-Engenharia, Arquitectura Paisagística, etc., etc.). Este segundo vector deverá ainda incluir módulos sobre gestão de PMEs, Contabilidade, Fiscalidade, Criação de Empresas, etc. Sessões de formação modulares deverão alternar com o acompanhamento das iniciativas em curso (económicas e não só) e por consultorias periódicas.

A selecção, o calendário e a melhor combinação dos vários contributos de educação e formação (que poderão tomar as formas mais diversas, tais como módulos educativos, materiais de ensino à distância, consultorias, visitas de assistência técnica, seminários, exposições, etc.) devem ser determinados conjuntamente pela agência mediadora responsável pelo trabalho de animação e pelos participantes locais, em função das específicas necessidades do processo.

Para o trabalho educativo, em geral, devem organizar-se de forma extensiva cursos específicos relacionados com o presente e o futuro das zonas rurais e destinados a todos os grupos etários. Para esse efeito, as escolas locais, e até os jardins de infância, devem ser mobilizados. Os programas escolares formais deveriam incluir temas e actividades de relevância imediata para o processo de desenvolvimento local. E o mesmo se poderá dizer quanto às actividades extra-curriculares. Relativamente às zonas rurais em crise, em que um factor estratégico é sem dúvida o "espírito de iniciativa", a educação formal deveria adoptar programas específicos, baseados em acontecimentos ocasionais e em projectos a longo prazo, a fim de apoiar a revitalização do tecido social local e de promover nos jovens e nas crianças o hábito de pensarem e de agirem em termos de projectos planeados. Escolas-quinta, Escolas-empresa, e muitas outras modalidades de estabelecimentos educativos, técnicos e gerais, com base em projectos, são soluções já experimentadas e testadas em algumas regiões (por exemplo, os "Community Colleges" dos Estados Unidos, os "Lycées Agricoles" franceses, as "Escuelas Granjas" de Espanha, etc.).

Dado o vasto leque de temas relevantes para o desenvolvimento local e o nível técnico elevado de muitos deles, e também as inúmeras pistas existentes para a investigação aplicada, o estabelecimento de acções de cooperação regu-

lares entre zonas rurais e escolas técnicas, politécnicos ou universidades, é do maior interesse para ambas as partes.

O papel de instituições pós-secundárias e de ensino superior – em colaboração estreita com a agência mediadora e estruturas locais – será de cobrir domínios como a formação de formadores, a organização directa de alguns módulos de educação/formação, a criação e funcionamento de bancos de dados, a realização de pacotes de ensino à distância, etc.

Para além destas contribuições, uma medida de grande potencial é a criação de uma Unidade de Investigação-Acção dedicada às zonas rurais em crise, em estabelecimentos de ensino superior localizados em regiões em que subsistam tais situações. As zonas rurais deverão ainda completar estas articulações com o sistema formal de ensino através de acordos de cooperação com outras instituições culturais e de educação/formação, tais como, associações ou serviços de educação de adultos, associações profissionais, centros de formação profissional, escolas de artes e ofícios, associações culturais, organizações ecológicas, etc.

Um ponto final para sublinhar o facto de cada uma das zonas rurais hoje em risco de extinção não representar senão uma parcela minúscula de terra e de população, dentro do contexto nacional e até regional. Em termos de rendimento, de poder de pressão política, etc., não têm qualquer significado quando consideradas individualmente. É por isso vital para estas zonas a criação de redes nacionais e transnacionais. E um dos resultados importantes de uma rede internacional desta natureza poderia ser precisamente a criação de um Instituto Europeu para o Desenvolvimento das Zonas Rurais em Risco – capaz de realizar trabalhos de investigação de interesse para estas áreas, de produzir documentação e manuais para o desenvolvimento local, de dispensar formação de nível superior aos agentes de terreno e aos investigadores, de organizar visitas de estudo e intercâmbios, etc.